



Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Ano V nº 23 19.06.2005

Em defesa do Governo dos Trabalhadores

A crise política atual coloca aos trabalhadores a tarefa urgente de defender o governo que ajudaram a eleger. As tentativas golpistas das camadas dominantes não serão barradas com novos acordos no Parlamento e menos ainda com mais concessões na política econômica.

Na assembléia de início da campanha salarial realizada na última sexta-feira no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, foi aprovada uma moção apresentada pelo presidente do Sindicato, José Lopez Feijóo, na qual os metalúrgicos deixam claro que: "O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva conta com plena confiança e total apoio de nossa base em seu papel de líder maior do projeto histórico de reconstrução nacional direcionada ao crescimento econômico, à geração de empregos, recuperação dos salários, reforma agrária, combate à pobreza e redistribuição da renda em favor dos excluídos."

O documento dos metalúrgicos do ABC aponta o caminho para a defesa de nosso presidente: iniciar as necessárias mudanças sociais e enfrentar com firmeza as forças do atraso.

Entretanto, se os trabalhadores não se mobilizarem, as tão sonhadas mudanças nas políticas governamentais não virão. Ao contrário, as forças conservadoras preparam-se para fazer novo avanço na administração Lula. Como podemos ler mais abaixo, em matéria do jornal O Estado de S.Paulo, elas querem aumentar sua participação no governo e aprofundar a política de arrocho: mais dinheiro para a especulação financeira e menos verbas nas políticas sociais. É isso que se traduz na reforma ministerial e no fortalecimento do ministro Palocci.

Está na hora da administração Lula acordar para o simples fato de que em pouco tempo nada restará de sua verdadeira base de apoio e o sonho de um governo popular estará relegado ao rodapé das páginas da História.

Transcrevemos abaixo a "Nota Oficial" da CUT em solidariedade ao ex-ministro José Dirceu.

Nota oficial

O deputado federal e ex-ministro José Dirceu tem sua história política ligada à defesa e organização dos movimentos sociais, contribuindo enormemente para que esses setores populares se convertessem em sujeitos da história e adquirissem a expressão social que hoje possuem. Todas as mobilizações organizadas pelos setores populares sempre contaram com a presença forte e aguerrida deste companheiro, na luta contra o neoliberalismo e o desmonte do Estado, praticado pelo governo passado.

Pelo seu compromisso e sua trajetória, temos certeza que, no Congresso Nacional, continuará defendendo com garra um governo democrático e popular, ajudando a mobilizar a sociedade civil contra a corrupção e a tentativa de golpe que está sendo armada por setores conservadores, saudosos do passado.

Luiz Marinho

MST e CUT fazem marcha amanhã na Esplanada

Em meio às denúncias de corrupção envolvendo o PT e deputados, movimentos sociais e populares pretendem realizar amanhã, na Esplanada dos Ministérios, uma marcha reivindicando alterações na política econômica e reforma política.

Os manifestantes também vão às ruas em defesa de uma "agenda positiva" que seria, no entender deles, a redução dos juros e do superávit primário e liberação de mais recursos para as áreas sociais.

Entre as entidades que pretendem realizar a marcha estão o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CUT (Central Única dos Trabalhadores) e UNE (União Nacional dos Estudantes).

Fortalecido, Palocci quer mais ajuste

Mercado considera que a saída de Dirceu, da Casa Civil, reforça as propostas de estabilidade econômica defendidas pela Fazenda

Sheila D'Amorim

Considerada um estrago na esfera política do governo, a demissão do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, está sendo contabilizada como um ganho para a economia. Na avaliação de economistas, dentro e fora do governo, o enfraquecimento de Dirceu blindou a política econômica ao fortalecer o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e ao reduzir o fogo amigo. Permitirá, também, trazer à tona a discussão de medidas para reforçar o compromisso do País com o equilíbrio das contas públicas, como o aprofundamento do ajuste fiscal.

Mas "ainda é cedo para dizer" se esses ganhos vão se materializar. "Vamos ter uma sinalização com a reforma ministerial que o presidente Lula fará", diz Ricardo Amorim, analista para América Latina do banco WestLB. Nessa reforma, interessa menos a confirmação de troca do comando do Banco Central (BC), dada como certa nos bastidores do governo, e mais a composição política para permitir quebrar a paralisia do Congresso. Até que isso fique definido, o que importa para a cotação do dólar e o movimento de investidores na Bolsa e no mercado financeiro, por enquanto, é que o discurso da firmeza fiscal não está sendo considerado "algo para inglês ver", mas uma política efetiva.

Os agentes do mercado financeiro receberam bem a notícia de que o governo estuda a adoção de novas medidas para conter gastos. Além disso, na prática, a equipe econômica já vem apertando os gastos públicos, ao mesmo tempo em que reforça seu caixa.

As planilhas de cálculo dos economistas incluem, porém, um custo inevitável para o País diante dessa crise: a retração ainda maior dos investimentos produtivos, que recuaram 3% no primeiro trimestre, e a manutenção de taxas de crescimento, em 2005 e 2006, no patamar de 2% ao ano, metade dos 4% projetados em janeiro.

"Vamos ter crescimento baixo. Nos últimos anos, a taxa média do Brasil foi de 2,5% e vamos ficar nisso. Ninguém pensa mais em espetáculo do crescimento, com taxas de até 5% ao ano", afirma o ex-diretor de Política Monetária do BC Luiz Fernando Figueiredo. Para ele, na atual conjuntura, esse cenário já deve ser interpretado como ganho. "Não é que a economia não vai sofrer, mas estamos em melhores condições. Nossos fundamentos são sólidos e passamos bem até agora." "O clima para investimentos já não vinha bem por que os marcos regulatórios de setores importantes não deslancharam e a política monetária estava apertada. A crise política afeta expectativas e também não ajuda", destacou o gerente de Política Monetária do Banco Itaú, Joel Bogdanski.

É aí que entram iniciativas como a "MP do Bem", que desonera investimentos, e, na avaliação do governo, é um sinalizador ao mercado de que o governo vai tentar quebrar a paralisia do Congresso. "O País não pode parar enquanto a CPI investiga as denúncias de corrupção", diz um integrante da equipe econômica.

Para a fonte, o fortalecimento de Palocci estava implícito no discurso de Lula durante o lançamento da "MP do Bem", um dia após o depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), na Comissão de Ética da Câmara. Lula aproveitou o para destacar que, se preciso, adotará medidas ainda mais duras para manter o equilíbrio da economia e o crescimento. "Vamos continuar trabalhando em medidas como a 'MP do Bem' para garantir crescimento", insiste. "Esse tipo de coisa não tem dificuldade de passar pelo Congresso. Quem é contra desonerar investimento ou consumo de massa?", questionou.

Para o ex-presidente do BC Gustavo Loyola, apesar de a economia estar superando bem a crise política, o Brasil está perdendo um momento importante para fazer as reformas necessárias para elevar o potencial de crescimento da economia. "Estamos vivendo um cenário internacional altamente favorável para o Brasil, com alta liquidez e crescimento econômico nas principais economias. Se isso mudar, teremos perdido uma chance de avançar em medidas importantes para o País nos próximos anos", disse. (*O Estado de S.Paulo*, 19.06.2005)

Entrevista com Wanderley Guilherme dos Santos

Entrevista do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, um dos mais renomados e respeitados acadêmicos do País. Na extensa lista de trabalhos publicados por ele, um, especialmente, virou referência bibliográfica. No calor das lutas políticas do início dos anos 60, ele escreveu um livro - Quem Vai Dar o Golpe no Brasil - que prenunciou a derrubada do presidente Goulart em 1964. Ele farejou o golpe militar.

"No governo tucano, a denúncia do mensalão não teria provocado grandes marés"

O fantasma dos militares não existe, mas nas últimas colunas que escreve para o jornal Valor Econômico, publicadas às quintas-feiras, ele farejou um "golpe branco" contra Lula no movimento da oposição e, principalmente, do PSDB. Pró-reitor da Universidade Candido Mendes, Wanderley Guilherme dos Santos chegou a ironizar os tucanos, resgatando a imagem de Carlos Lacerda, um político que andava sempre com uma proposta de golpe na cabeça: "O lacerdismo mudou-se para São Paulo", escreveu, após pensar sobre a frase do ex-presidente Fernando Henrique de que havia uma "crise institucional" no País.

Nesta entrevista a CartaCapital, ele explica a crise pela missão político-eleitoral dos tucanos de alargar o governo para enfraquecer a candidatura Lula em 2006. Diz que, para alcançar esse objetivo, o PSDB chegou a pensar em um "golpe branco", o impeachment, a partir das denúncias de corrupção. Mas recuou. Acredita que o partido não promoverá a iniciativa, mas, se ela surgir, apoiará. Ou seja, se o cavalo passar arriado, o ex-presidente Fernando Henrique montaria.

CartaCapital: Há uma crise política grave neste momento?

Wanderley Guilherme dos Santos: A palavra crise entrou no vocabulário diário da política desde janeiro de 2003. Falou-se de crise todos os dias.

Agora, sim, há uma crise política. É uma crise importante. Mas é uma crise normal em sistemas democráticos funcionando, operando. Quer dizer, democracia com uma oposição musculosa como não havia, por exemplo, no governo Fernando Henrique.

CC: Oposição mais forte...

WGS: Agora tem. Não tinha imprensa contra, agora tem. Vivemos um período democraticamente muito mais vivo do que no governo passado. A oposição agora é uma oposição forte. Tem capacidade de agitar e criar problemas e de interferir na agenda política. Por consequência, a maioria da imprensa está com a oposição.

CC: O PT, na oposição, não tinha essa força?

WGS: De maneira nenhuma. O PT mobilizava, no máximo, 140 deputados durante todo o período. Se o PT tivesse o poder oposicionista que tem hoje a oposição a Lula, o então presidente Fernando Henrique Cardoso não teria aprovado 21 emendas constitucionais.

CC: O senhor quer dizer que a imprensa não oferecia aos petistas a receptividade que oferece agora à oposição tucano-pefelista?

WGS: Não havia essa simpatia. Isso dá uma outra moldura ao conflito, à disputa democrática. Ela fica mais elétrica e torna maior a possibilidade de se ter crises políticas. Existe uma crise importante agora.

CC: E qual a razão dela?

WGS: Ela não tem uma única causa. Não se trata apenas da causa dos interessados mais evidentes que são os próprios políticos. Aqueles que, num contexto de crítica, têm aumentado o seu poder de barganha, o peso ponderado deles dentro das negociações. Para os políticos de oposição esse é um momento muito importante. Interessa a eles que a crise seja caracterizada como tal: uma crise. Ou seja, o governo está em débito em relação a uma agenda de questões e de perguntas. Por outro lado, é verdade também que se essa denúncia do mensalão tivesse sido feita durante o governo Fernando Henrique não teria provocado grandes marés...

CC: Por quê?

WGS: Primeiro, porque é uma denúncia genérica. Há pagamentos mensais feitos pelo tesoureiro do partido do governo etc. etc. Isso se disse à vontade do Sérgio Motta em situação muito mais complicada, que foi o processo de aprovação da reeleição. E não aconteceu nada porque a oposição não tinha capacidade de fazer acontecer, não tinha grandes políticos querendo fazer acontecer e não tinha a imprensa querendo fazer acontecer. E, assim, não aconteceu. E isso envolvia uma figura chamada Sérgio Motta. O deputado Roberto Jefferson tem um currículo que, por si só, não transfere credibilidade e peso às declarações. Sobretudo em declarações dessa generalidade. Dessa forma, é claro que a questão não está nem no conteúdo da declaração nem em quem declarou. Mesmo que seja verdade, embora não seja fato provado ainda, não foi isso que moveu os interessados. Foi outra coisa.

CC: Ou seja, embora a denúncia tenha sido genérica e falte ao denunciante a necessária credibilidade, logo criou-se um terremoto...

WGS: Portanto, há outras linhas de causalidade além do interesse do deputado Jefferson de se defender e de envolver outras pessoas. Outra causa da crise me parece ser o temor que o PSDB tem de Anthony Garotinho. O pavor do PSDB é que o segundo turno seja com o Garotinho e não com o candidato do PSDB. A transformação da ética na política como divisor de águas, entre maioria e minoria no País, se bem-sucedido, derrota Garotinho. Entretanto, se não for, o eventual decréscimo eleitoral da situação cai

no colo de Garotinho. Independentemente de Garotinho, há interesse de o PSDB macular a imagem do Lula. Desde janeiro de 2003 temos tido sucessivas rodadas de denúncias nos jornais acompanhadas de uma pesquisa...

CC: Uma tentativa de linchamento político?

WGS: Não, não chega a isso. São manobras identificáveis. Há sempre um caso: Waldomiro Diniz, a eleição para a presidência da Câmara, o cadastramento no Fome Zero. As pesquisas feitas na sequência indicavam que, no entanto, a imagem do presidente não era afetada. Isso tem sido desesperador para a grande imprensa...

CC: Qual o interesse dela?

WGS: A democracia em países em desenvolvimento só fica efetivamente consolidada quando dispensar a imprensa, quando o que a imprensa quiser for irrelevante para a estabilidade do governo. A imprensa é um ator importante no que diz respeito à estabilidade do governo em países em desenvolvimento, como o Brasil.

CC: O senhor se refere à capacidade de formar marolas?

WGS: Marolas, não. Grandes furacões. A grande imprensa levou Getúlio ao suicídio com base em nada; quase impediu Juscelino de tomar posse, com base em nada; levou Jânio à renúncia, aproveitando-se da maluquice dele, com base em nada; a tentativa de impedir a posse de Goulart com base em nada. A grande imprensa em países em desenvolvimento é a grande porca das instituições, a grande emporcalhada.

CC: A imprensa é assim ou ela está assim?

WGS: A imprensa não é assim. Ela é assim num certo período dos países. Ela foi assim nos EUA, na Inglaterra, e não é mais. Isso não quer dizer que não haja a imprensa porca e, sim, que a grande imprensa deixou de ser porca.

Não é o caso do Brasil. Isso é importante ficar registrado, porque na medida em que passa o tempo a gente esquece. Quando aconteceu em 1954 a gente deixou passar, assim como deixou passar em 1961. Então, não pode deixar passar, não. A imprensa levou Getúlio Vargas ao suicídio com inverdades e com fatos falsos, construídos. E promoveu um golpe de Estado em 1964. Não há como negar isso. Essa é uma outra linha de causalidade. Há dois anos e meio a imprensa tentava botar Lula debaixo de sua pauta.

Conseguiu agora.

CC: Não é o papel da imprensa tomar conta, fiscalizar?

WGS: É. Tomar conta, sim. Desestabilizar, não. A estabilidade não pode depender de militar, nem da Igreja, nem da imprensa.

CC: As Forças Armadas...

WGS: Duvido que elas voltem a ter a importância que tiveram. Quando se pegava um tenente roubando e gritava "ladrão", ele dizia: "Está ofendendo as Forças Armadas". E os generais concordavam. Hoje acontece com jornalista. O jornalista faz uma barbaridade e alguém diz: "Ele fez uma infâmia". Os grandes jornais alertam: "A liberdade de imprensa está sob ameaça". É a maior corporação existente hoje no País com um poder infernal.

CC: Essas linhas de causalidade explicam a crise?

WGS: Elas não são responsáveis pelo que acabou sendo a crise. A dimensão da crise não estava na cabeça de ninguém. Assim como ninguém sabe o que vai acontecer. Foi por isso que começaram a puxar os freios.

CC: O comportamento da oposição ficou na linha demarcatória das ações políticas? Alguém, em sua opinião, cruzou a linha?

WGS: Depende do que se chama de cruzar a linha. Quando se começa a dizer, como foi dito, que há iminência de crise institucional está cruzando a linha...

CC: Quem disse isso foi o ex-presidente Fernando Henrique.

WGS: Vamos reler o último parágrafo do artigo de 5 de julho passado, que ele escreveu em O Globo: "Se nada for feito, caberá a quem venha a ser o candidato do PSDB nas próximas eleições apresentar ao eleitorado um programa muito claro com reformas eleitorais, partidárias e da máquina pública. Caberá anunciar de antemão a disposição, se eleito, de recorrer aos mecanismos de consulta à população para validar essas reformas e mesmo, se entender necessário, solicitar ao Congresso uma lei delegada para fazê-las". Se anunciada por Lula, a proposta seria tomada como fato determinante para criar uma CPI. Ameaça de chavismo.

CC: Por que o PSDB teria chegado a esse ponto?

WGS: Pelo pavor do sucesso do governo Lula. O PSDB sabe que com mais dois anos de governo, como vinha até agora, ele levaria uma surra em 2006.

CC: Interessa a eles chegar ao impeachment?

WGS: Não acredito que eles queiram promover o impedimento de Lula. Mas, se houver a possibilidade, não recuarão. Se a chance aparecer, os tucanos vão apoiar esse golpe branco, porque o governo está

sendo bem-sucedido. Se fosse um governo inepto, como se apregoa, o PSDB deixaria Lula em paz e o derrotaria facilmente no ano que vem.

CC: Mas o PSDB não inventou o episódio...

WGS: Caiu na mão do partido esse episódio de corrupção nos Correios.

CC: Declarações como a do governador Aécio Neves - de que Lula não é Collor -seriam uma pitada de bom senso?

WGS: É difícil querer dizer que não está interessado no mesmo movimento que levou ao impedimento de Collor, porque o governo Lula é diferente sem, ao mesmo tempo, chamar a atenção para o fato de que podem ser iguais. Quem foi que disse que era igual? A comparação pode estar na cabeça do formulador da frase.

CC: Frase sibilina.

WGS: Muito sibilina. O PSDB, sobretudo o tucanato paulista, está numa posição de oposição provocadora. Não diria mais que está na posição golpista que já teve e pode voltar a ela.

CC: Estaria havendo transferência de um confronto paulista para o plano nacional?

WGS: Uma parte do imbróglio, do lado tucano, tem a ver com a disputa interna - quem vai ser o candidato - que implica, entre outras coisas, bloquear Aécio Neves e Jereissati. Isso obriga, também, a fazer campanha contra o PT paulista. O PT nacional é o PT paulista levando para o plano federal desavenças locais, de São Paulo.

CC: Isso tem reflexos no governo Lula?

WGS: É uma parte da desarticulação do governo que vem se revelando de uma incompetência na política cotidiana, que não é incompetência normal do PT.

Isso só pode ser explicado porque estão fazendo política de São Paulo no Planalto. Não há uma defesa organizada, concatenada em torno das realizações do governo Lula e é por isso que boa parte delas ninguém sabe.

Há uma busca desesperada de consenso no governo que parece o processo decisório do PT.

CC: A quem caberia arbitrar para acelerar as decisões?

WGS: Estamos falando da falta de um articulador. No caso, falta o presidente Lula. Ele está exercendo mal o seu papel de presidente. Ele tem o mandato. Não pode levar esse tempo que levou para aparecer com um discurso pífio. Foi o pior discurso político que vi o Lula fazer.

CC: O que houve de tão grave na sua opinião?

WGS: Ele concedeu tudo à oposição. Jogou fora o discurso de posse que foi magistral. Ele disse, ao assumir, que o combate à fome e à miséria seriam a meta ordenadora do governo. Ao discursar no fórum global anticorrupção, ele disse que os países emergentes continuariam pobres enquanto não acabassem com a corrupção. Além de oportunismo, isso é uma tolice.

Objetivamente, o presidente disse o seguinte: enquanto for pobre haverá corrupção. Ele concedeu o discurso à pauta da oposição. E falou que a corrupção só acabaria com uma reforma política. Ou seja, Fernando Henrique pautou o discurso de Lula. (*Carta Capital, 15.06.2005*)

Política ou economia?

Emir Sader

"A economia pode voltar a crescer, desde que a economia não atrapalhe". A frase corre solta na boca de grandes empresários, de operadores da Bolsa de Valores, de colunistas econômicos. A economia seria a via do crescimento, da produção de riquezas, do progresso. A política, a expressão da corrupção, dos gastos inúteis, das negociações espúrias.

Será mesmo assim? Ou será que a política corresponde sempre a uma forma de economia e que cada forma de economia supõe um tipo de política? Por exemplo: um modelo econômico anti-popular, que defende os interesses das elites, requer um modelo político que bloqueie a capacidade de expressão da grande maioria da população - prejudicada por esse modelo - de se representar politicamente. No caso do modelo atual, ainda como exemplo, ao expressar os interesses hegemônicos do capital especulativo, supõe que não se democratize o Conselho Monetário Nacional, para que siga contendo apenas representantes dos setores que se beneficiam com as políticas atuais. E supõe que a cidadania não possa opinar sobre os grandes temas nacionais, a começar pela própria política econômica.

Sem que se dê o destaque suficiente, o deputado do PPS, Roberto Freire, que supostamente critica a política econômica do governo, vetou na comissão da Câmara o projeto da OAB sobre o direito da população decidir por referendo as grandes questões nacionais. Essa "interferência" poderia levar a que o povo opinasse diretamente sobre a política econômica, por exemplo, gerando uma forma de política inadequada para a reprodução da atual e dos interesses das elites.

A tendência atual, dentro dos sistemas políticos liberais, é o de enfraquecer cada vez mais as instâncias de representação popular, eleitas pela cidadania, e entregar cada vez mais poder àquelas nomeadas, infensas ao controle da massa da população. Banco Centrais não eleitos, nem controlados pela cidadania, são apenas um exemplo - dos mais claros - dessa tendência. E, como se cansou de dizer nestes anos, o presidente do Banco Central tem mais poder do que todo o Congresso Nacional. Como o próprio presidente já disse, a cada ponto da taxa de juros que o Banco Central eleva, provoca devastações sociais - que eles desconhecem mas que, segundo Lula, teriam que conhecer, sujando os pés nos territórios sociais vítimas de suas ações sem controle político.

As pesquisas costumam colocar a mídia, as igrejas, entre as instituições que teriam mais credibilidade, enquanto os governos, os parlamentos, os partidos, estariam entre os pior avaliados. Os teóricos dessa nova tendência buscam apoiar-se nelas para fortalecer suas teses. Alegam que a política é dominada por questões de curto prazo e de caráter eleitoral, enquanto o Banco Central encararia questões de longo prazo, de maior profundidade, que exigem capacidade técnica de decisão. As taxas de juros, as políticas monetárias, a questão da inflação estariam entre as matérias que deveriam ser definidas a nível "técnico", subtraindo-se dos condicionamentos políticos. O mesmo aconteceria com temas como os do meio ambiente, da previdência, da saúde, da educação, que deveria estar submetidas a "especialistas".

Um desses teóricos, Fareed Zakaria - autor de O futuro da liberdade e colunista da revista estadunidense Newsweek - chega a proclamar: "O que precisamos na política hoje é não mais democracia, mas menos". Ele afirma que o fundamental seria a "liberdade" e não a democracia. O problema é o tipo de "liberdade" que é privilegiada. Trata-se da "liberdade" do capital, que buscaria ser preservada da intervenção política, isto é, dos cidadãos. Daí a demanda de "menos democracia".

Os mesmos partidos e políticos - entre eles FHC - que elegeram a Severino Cavalcanti como presidente da Câmara de Deputados, promovem a desmoralização do Parlamento e da política, que "atrapalharia" a economia. Ao contrário, a desmoralização da política, as negociações escusas, os severinos, neutralizam a política, a possibilidade da cidadania intervir em questões essenciais para seu destino - da taxa de juros à política de meio ambiente, da reforma agrária aos recursos para políticas sociais.

Essa prática política não obstaculiza a política econômica atual. Ao contrário, a viabiliza, ao enfraquecer mais ainda o Parlamento, ao diminuir a possibilidade da cidadania opinar e decidir quem dirigirá o Banco Central, quantos recursos serão congelados pelo Ministério da Fazenda, que tipo de política de meio ambiente, de política indigenista, de reforma agrária, de política cultural, educacional, de saúde pública, teremos.

A política é sempre a política de uma economia. A "especialização" significa deixar nas mãos das elites econômicas, as responsáveis pelo Brasil ser o país de pior distribuição de renda do mundo, as decisões sobre os destinos do país e do povo brasileiro. Essa tem sido a "especialidade" das elites brasileiras. Por isso querem menos democracia e mais "liberdade" - para eles. Precisamos de uma outra política e de uma outra economia. (*Jornal do Brasil, 19.06.2005*)

Custos e oportunidades da política de juros

Selic alta provoca substancial transferência de renda ao setor financeiro

Por Antônio Corrêa de Lacerda

Política econômica é uma questão de escolhas, e as evidências denotam as incoerências do conjunto da política macroeconômica - monetária, cambial e fiscal - praticada no Brasil. Pela nona vez consecutiva, em maio, o Comitê de Política Monetária (COPOM) aumentou a taxa de juros (Selic), dessa vez em 0,25 ponto percentual, para 19,75% ao ano. Com o novo aumento, a taxa de juro real, considerando a expectativa média de inflação para os próximos doze meses, atinge 13,5%. É a maior taxa de juros do mundo. O argumento é a meta de inflação.

Embora a sistemática de aplicação do regime de metas possa por si só ser questionada, há outros elementos que apontam para um equívoco de rota: a fixação da meta, o horizonte em que se pretende atingi-la e o tratamento dos preços administrados, assim como da indexação, dos choques externos, etc.

Para além dessa discussão do regime de metas, há outros fatores importantes que precisam ser levados em conta nas escolhas das estratégias de política econômica. Até mesmo numa visão

puramente ortodoxa, a terapia em vigor provocaria muitos pontos de discussão. Por exemplo, o "timing" para o efeito da elevação das taxas de juros sobre o comportamento da inflação, mesmo admitindo-se a hipótese, também altamente questionável, de inflação de demanda.

Uma taxa de juros elevada por um longo período provoca efeitos deletérios para a economia, principalmente sobre nível de atividades, investimentos, taxa de câmbio e o financiamento da dívida pública. Nada sustenta que o nível de juro real atualmente praticado seja o necessário para cumprimento da meta.

O efeito sobre o nível de atividades decorre de aspectos objetivos e subjetivos. Os fatores objetivos estão relacionados ao encarecimento do crédito e financiamento, afetando principalmente o mercado de bens duráveis, mais dependente dessa modalidade de venda. Os fatores subjetivos decorrem das expectativas dos consumidores quanto ao futuro do seu emprego e renda, o que tende a postergar ou mesmo cancelar decisões de consumo.

O segundo impacto, muito importante, ocorre sobre os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo). Os investimentos produtivos só ocorrem quando os empreendedores têm confiança na continuidade do crescimento da economia. Afinal, ninguém vai investir para ficar com a planta ociosa. Uma taxa de juros elevada diminui a propensão a investir dos agentes. O custo de oportunidade elevado aumenta a "preferência pela liquidez", para usar um termo keynesiano. Na incerteza, os empresários preferem reter moeda a investir na produção, uma vez que vale muito mais a pena aplicar no mercado financeiro do que empreender. A formação bruta de capital fixo - total de investimentos públicos e privados, nacionais e estrangeiros -, que vinha em forte recuperação desde 2003, caiu pelo segundo trimestre consecutivo.

Isso é um péssimo sinalizador. Recuperar os investimentos é uma condição básica para o crescimento sustentado da economia, e ainda convivemos com uma taxa de investimentos abaixo de 20% do PIB. Para sustentar o crescimento econômico de 5% a 6%, ao ano seriam necessários investimentos da ordem de 25% do PIB. Países asiáticos, por exemplo, investem acima de 30% do PIB ao ano.

Para a economia crescer 5% ao ano, é necessário investir ao menos 25% do PIB; Brasil não chega a investir 20%

O terceiro efeito é sobre a taxa de câmbio. Ao praticarmos a maior taxa de juros reais do planeta, isso distorce o valor da nossa moeda, relativamente às demais. O real apreciou-se significativamente em relação ao dólar norte-americano nos últimos meses, enquanto as moedas da China, Índia, por exemplo, grandes concorrentes do Brasil, mantiveram-se praticamente estáveis.

Uma valorização artificial da taxa de câmbio afeta não só a qualidade das exportações, mas também as decisões de investimentos. O impacto sobre as exportações só não se faz sentir no total da balança comercial porque as commodities exportadas pelo Brasil encontram-se em alta no mercado internacional e muitas exportações de manufaturados ainda refletem contratos fechados no passado, diante de outra realidade cambial.

Além disso, o câmbio, como um dos principais preços da economia, não afeta somente as exportações. O subsídio à importação, via dólar barato, é um desincentivo à produção local, que concorre em desigualdade de condições. Isso afeta as decisões de investimentos das filiais locais das multinacionais, assim como a estratégia das empresas brasileiras.

O quarto, e não menos importante, é o impacto sobre o custo fiscal do processo. O aumento da taxa de juros Selic em 3,75 pontos percentuais desde os 16%, vigentes de abril a setembro do ano passado, provoca um aumento no custo de financiamento da dívida pública de cerca R\$ 20 bilhões no ano. Dos R\$ 874 bilhões da dívida pública interna, 58,5% são pós-fixados, atrelados ao desenvolvimento da Selic. Isso anula o esforço fiscal de elevação de tributos e de restrição de investimentos públicos. Ao mesmo tempo, provoca-se uma substancial transferência de renda ao setor financeiro e aos rentistas, na medida em que se aumenta a remuneração das aplicações financeiras, em detrimento de serviços e investimentos públicos.

Por todos esses fatores, a política econômica ultra-conservadora em prática no Brasil deve ser questionada. O fato de que não estamos aproveitando as condições internacionais ainda extremamente favoráveis ao Brasil só enaltece o erro estratégico.

Ao invés de centrar esforços excessivamente no curto prazo, deveríamos criar as condições para o crescimento dos investimentos. Da mesma forma, é imprescindível consolidar o ajuste das contas externas, por meio de uma agressiva política exportadora - menos dependente das exportações de commodities - e fortalecimento das reservas cambiais. É preciso criar as condições para ter maior autonomia, mesmo quando as condições internacionais não forem tão favoráveis quanto têm sido. Essa sim seria uma forma de precaução justificável, aproveitando as lições das experiências bem sucedidas de vários países em desenvolvimento, em contraste com o nosso próprio passado recente. (*Valor Econômico*, 13.06.2005)

Com o saco cheio

Estudo inédito da Economática mostra que bancos do País são os que mais lucram na América Latina

Lino Rodrigues

Enquanto a economia começa a mergulhar nos efeitos negativos da crise política, os bancos brasileiros não param de navegar nas ondas dos lucros. Desde 2002, as instituições financeiras vêm ampliando seus ganhos no País, muito por conta das altas taxas de juros e do aumento de tarifas. Agora, um estudo da Consultoria Economática envolvendo 148 bancos de capital aberto dos Estados Unidos, do Brasil e de outros países da América Latina mostra que a performance lucrativa da banca tupiniquim ultrapassa as fronteiras do País. Grandes conglomerados, como o Bradesco, maior banco privado brasileiro, o Itaú (o segundo) e o Banco do Brasil lideram com folga o ranking dos maiores lucros da história do sistema bancário no continente latino-americano. Na comparação com instituições americanas, o lucro do Bradesco nos primeiros três meses de 2005 figura na 10ª posição e o do Itaú, na 11ª. Disparados na frente estão gigantes como Citigroup (lucro de US\$ 5,4 bilhões), BankAmerica (US\$ 4,7 bilhões) e JP Morgan Chase (US\$ 2,2 bilhões).

Com ganhos de US\$ 452,1 milhões (R\$ 1,2 bilhão) nos três primeiros meses do ano, o maior na história dos bancos na América Latina em apenas um trimestre, o Bradesco vem levando vantagem no embate com o Itaú há dois trimestres consecutivos. "Isso não acontecia desde dezembro de 2002", aponta Einar

Maiores lucros dos bancos de capital aberto dos EUA e da América Latina

Posição	Banco	País	US\$* 1º tri/2005
1	Citigroup (ex TRV)	EUA	5.441
2	BankAmerica	EUA	4.695
3	JP Morgan Chase	EUA	2.264
4	Wells Fargo (ex NOB)	EUA	1.856
5	Wachovia (ex FTU)	EUA	1.621
6	US Bancorp	EUA	1.071
7	Washington Mutual	EUA	902
8	Sun Trust Banks	EUA	492
9	National City Corp	EUA	484
10	Bradesco	Brasil	452
11	Banco Itaú	Brasil	428

Rivero, coordenador do estudo da Economática. Mas o banco da família Setúbal não fica muito atrás. De janeiro a março, a lucratividade atingiu US\$ 428 milhões (R\$ 1,1 bilhão). O Itaú encerrou 2004 com o maior lucro anual da história bancária do Brasil ou a bagatela de R\$ 3,8 bilhões. Mas não são só Bradesco e Itaú que estão lucrando alto. Banco do Brasil, Unibanco, Santander e Banespa também ocupam postos de destaque entre as maiores instituições da América Latina, seja em lucratividade, seja em ativos. "Os cinco maiores lucros da história dos bancos latinos estão no Brasil", diz Rivero.

Muito dessa escalada do lucro dos bancos vem, é claro, dos ganhos com juros e tarifas bancárias. Receitas com serviços bancários e intermediação financeira,

que incluem os dois itens, bateram em R\$ 116 bilhões em 2004. No primeiro trimestre

do ano, segundo um levantamento do Banco Central, só a cobrança de tarifas rendeu aos bancos R\$ 9,3 bilhões, um aumento de 23% em relação ao mesmo período do ano passado. A clientela sentiu no bolso esse avanço das

tarifas, que, só no último trimestre, aumentaram 20% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo a Confederação Nacional dos Bancários. Já os ganhos com concessão de empréstimos e aplicações em títulos públicos ficaram em R\$ 19,1 bilhões. Boa parte desse valor vem das aplicações em títulos corrigidos pela Selic, a taxa básica de juros estipulada pelo BC. No primeiro trimestre de 2004, ela variava entre 16,25% e 16,5%. Entre janeiro e março deste ano, a taxa gravitou entre 17,75% e 19,25%. Graças a esse juro, a lucratividade das 50 maiores instituições financeiras do País aumentou 53,74% nesses primeiros três meses do ano. E tudo indica que vem mais por aí. (*Isto É*, 11.06.2005)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>